

CÂMARA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

TEXTO DEFINITIVO DA ACTA Nº 21/ 2014

Da reunião extraordinária realizada, por força da aplicação do preceito contido no artigo 51.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2014, de 12 de Setembro, no dia 31 de Outubro de 2014, iniciada às 09:05 horas e concluída às 11:30 horas.

Sumário:	1
Abertura	2
Ponto Um	3
Ponto Dois	12
Encerramento	13

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 31/10/2014

ABERTURA

ACTA Nº 21/2014

Aos trinta e um dias do mês de Outubro do ano dois mil e catorze, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, na Covilhã, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal da Covilhã, convocada por Edital de 24 de Outubro de 2014, sob a presidência do Senhor Presidente Vítor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes o Senhor Vice Presidente Carlos do Carmo Martins e os Senhores Vereadores Pedro Miguel dos Santos Farromba, Joaquim António Matias, Nelson António Mendes da Silva, Jorge Manuel Torrão Nunes e José Joaquim Pinto de Almeida.

A reunião foi secretariada por Júlio Manuel Sousa Costa, Chefe de Divisão de Finanças.

E, pelas 09:05 horas, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 31/10/2014

1. Orçamento para 2015, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapas de pessoal, atualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos – aprovação e remessa à Assembleia Municipal

O Senhor Presidente submeteu à apreciação da Câmara a proposta de Orçamento para 2015, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapas de Pessoal, atualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município, e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, complementada com informação da Divisão de Recursos Humanos, no que respeita ao mapa de pessoal dos colaboradores da Câmara Municipal, documento apenso à ata.

Acrescentou que com este documento, quiseram aproximar-se da realidade, diminuindo os valores do orçamento, na medida em que eliminaram das receitas de capital o volume excessivo de vendas de imóveis do património municipal, face a não conseguirem aliená-lo. Seria seguido o critério imposto pela Lei das Finanças Locais, procurando-se um grau de execução elevado. Por outro lado, verifica-se que no próximo ano, não teriam que dispor de verbas para cobrir as participações de candidaturas a fundos comunitários, que iriam também, comprimir o orçamento. Iria ser um ano de lançamento de projetos e não um ano de concretização; fez-se um esforço de contenção, diminuindo as despesas correntes de 2014 para 2015 em cerca de 2 milhões de euros; as participações do FEF passariam a ser imputadas em 90% em despesas correntes e 10% para as despesas de capital.

Que todas as despesas diminuíssem, à exceção das transferências para as Juntas de Freguesia, verificando-se um aumento de 32%, visando “desafogar” os Senhores Presidentes de Junta, com quem reuniram, para poderem lançar as obras programadas e, nesse sentido, pretenderam “plasmar” no Orçamento algumas verbas e projetos, por eles propostos.

Referiu que não era o “orçamento perfeito, mas que era o possível”; que podiam, porventura, ser mais concretos no que diz respeito a linhas orientadoras, mas que, no fundo, o que pretendiam era satisfazer os interesses das populações e que era essa a ideia que queriam transmitir.

Concluiu, informando de duas correções ao orçamento, designadamente quanto à verba inscrita para a Junta de Freguesia do Dominguiso para construção da casa mortuária e das alterações das prioridades, reduzindo-se o valor no orçamento, da Junta de Freguesia de Vila do Carvalho e Cantar Galo a pedido do seu Presidente.

O Senhor Vereador Nelson Silva solicitou alguns esclarecimentos, designadamente sobre os valores inscritos no orçamento relativos às obras requalificação da EB1 de Unhais da Serra, da requalificação dos arruamentos em Vales do Rio, o Pavilhão Multiusos de Orjais, do Centro Interpretativo da Cereja no Ferro e da requalificação da sede da Junta de Freguesia das Cortes do Meio, os quais foram devidamente esclarecidos pelo Senhor Dr. Júlio Costa, por se tratar de ajustes orçamentais que permitirão executar as obras entre o ano de 2014 e 2015 e que haveria sempre ajustamentos, uma vez que o orçamento não era um documento estanque.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 31/10/2014

O Senhor Vereador José Pinto interveio, dizendo que não pretendia colocar em causa a capacidade técnica das Freguesias, custava-lhe, no entanto, a admitir que fossem as Juntas de Freguesia a proporem-se a executar este tipo de obras, com verbas muito significativas, sem que tivessem o devido acompanhamento técnico das mesmas por parte da Câmara Municipal, dando como exemplo a obra de requalificação da estrada de Cantar Galo, com um valor de 700.000€. Verificava agora que o Senhor Presidente da Junta vinha redefinir as prioridades, propondo para a mesma obra o valor de 650.000€. Verificava que, efetivamente, teria havido um empolamento, pelo que, no seu entender, os protocolos deviam ser mais específicos e devidamente orçamentados para que isso não acontecesse. Disse ainda, caso o apoio técnico às Freguesias, por parte da Câmara Municipal, fosse efetivo, congratula-se com essa iniciativa.

O Senhor Vice Presidente esclareceu que a obra referida era para ser executada através de concurso pela Câmara Municipal, embora fosse a obra do mandato da Junta de Freguesia de Vila do Carvalho-Cantar Galo.

O Senhor Presidente esclareceu que, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cantar Galo e Vila do Carvalho redefiniu as suas prioridades de intervenção na Freguesia e, por esse motivo, o valor inscrito no Orçamento ser diferente.

O Senhor Vereador Joaquim Matias questionou “quem é que referiu que a intervenção da estrada custaria 700 mil euros? Se já há projeto para esta estrada, porque, na minha opinião, o que define os montantes da intervenção, é o projeto, com a estimativa de custos. Comparando o custo desta estrada com a EM512, acho que existe aqui um desequilíbrio enorme entre elas.”

Quanto à Casa Mortuária da freguesia Dominguiso, “acho profundamente injusto que se gastem 150 mil euros para fazer uma Casa Mortuária, com esse valor constrói-se uma vivenda. Gostaria, também, de saber se há projeto desta obra.”

Quanto aos protocolos a celebrar com as Freguesias, entendia “que devem ser transparentes por forma a não terem dúvidas que eram igualitários para todas as Freguesias, pelo que não compreendo o porque de estar no Orçamento, especificado a requalificação da Sede Junta de Freguesia de Cortes do Meio e não estar a Aldeia de S. Francisco de Assis.” Quanto a ele, era certamente mais confortável para os Senhores Presidentes de Junta verem as obras da freguesia no orçamento.

O Senhor Dr. Júlio Costa justificou que o motivo de estar mencionado no Orçamento, designadamente a requalificação da sede da Junta de Freguesia de Cortes do Meio, tinha a ver que, para eles, era a obra do mandato e que em relação à Junta de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis a prioridade foi a construção da EM 512 tendo já sido feito o lançamento da mesma, mencionada no Orçamento de 2014.

O Senhor Presidente acrescentou que após as reuniões realizadas com o Senhor Vice-Presidente e com o Senhor Dr. Júlio Costa, todos os Presidentes de Junta apresentaram e estabeleceram as prioridades das obras que tinham mais impacto para as suas Freguesias; Que todas as obras necessárias e indispensáveis, contextualizadas de acordo com as disponibilidades financeiras do Município, nas freguesias não deixariam de ser realizadas. Acrescentou ainda que, deverá ser criado, quer no âmbito do Associativismo e das Juntas de Freguesia, um Regulamento que estabeleça regras mínimas, para uma maior transparência na transferência de verbas através de celebração de protocolos.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 31/10/2014

O Senhor Vice-Presidente disse que “no ano passado reunimos, individualmente, com cada Presidente de Junta, onde solicitámos que identificassem a obra que queriam que fosse realizada nas suas Freguesias, durante o mandato. Todos indicaram uma ou duas obras mas, o objetivo era uma obra para o mandato. No caso concreto da Aldeia de S. Francisco de Assis, era a Estrada Municipal 512, obviamente, esta estrada serve várias Freguesias e suas anexas. Não significa, que todas as obras feitas pelas Freguesias sejam participadas pelo Município. No caso da obra da estrada na Freguesia de Vila do Carvalho-Cantar Galo, o valor é uma estimativa que aparece no Orçamento, pois era a continuidade da obra feita no mandato anterior, onde já existia projeto.

Não existe nem fazemos qualquer discriminação entre as Freguesias, temos é que, dentro das possibilidades ir fazendo Protocolos, para dar o apoio necessário às Freguesias, lembro que foi protocolado com a Junta de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, um apoio para a aquisição de um trator, que era uma situação urgente, mas outras Freguesias também o solicitaram e ainda não foi possível. Não é fácil acudirmos a todas as situações das Freguesias. Vamos ver se durante o mandato é possível realizar todas as obras necessárias nas Freguesias.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias referiu que o caso do protocolo para aquisição do trator à Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis era uma prioridade, e que todas elas devem receber os apoios necessários, quer financeiros, quer materiais.

“Depois dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia ou outras pessoas informarem a Câmara da necessidade de uma intervenção, solicitava-se a um técnico do Departamento de Obras que se deslocasse ao local, sempre acompanhado pelo Senhor Presidente da Junta e em muitos casos pelo Vereador responsável, onde se analisava a pretensão.

Caso se justificasse o solicitado, a Junta de Freguesia solicitava três ou mais orçamentos, que posteriormente eram analisados pelo Departamento de Obras da Câmara, que depois informava do orçamento selecionado, para que depois se elaborasse o competente protocolo, que para além da transferência financeira, previa também o apoio técnico por parte da Câmara:

Aprovado que era o Protocolo, ficava a Junta de Freguesia autorizada a avançar com a obra, que também era acompanhada por um técnico da Câmara:

Logo que terminada, o Departamento de Obras da Câmara informava se se podia fazer a transferência da verba para a respetiva liquidação por parte da Junta de Freguesia.

Neste processo, ficava no histórico, o antes da realização e o depois da realização.”

O Senhor Presidente disse concordar com esse procedimento; entendia até, que os equipamentos deveriam ser partilhados entre as Freguesias, por forma a rentabilizá-los.

O Senhor Vereador Nelson Silva disse que “quem tem que verificar, se é uma prioridade ou não, determinada obra, para a Freguesia é o Senhor Presidente de Junta, que a colocou no seu programa eleitoral, que foi sufragado e eleito pelos cidadãos da sua Freguesia.”

O Senhor Vereador José Pinto tomou de novo a palavra para questionar o Senhor Vice-Presidente se, porventura, aquando das reuniões com os Senhores Presidente da Junta de Freguesia, lhes perguntaram qual era a obra prioritária e se havia um plafom, porque entendia que, comparativamente, muitos foram comedidos a pedir, devido, certamente, à situação económica e financeira atual. Referiu que esta não era “a melhor forma de trabalhar, pois numas Freguesias gasta-se um milhão de euros e noutras 500 €”. Em seu

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 31/10/2014

entender, tendo por base os 600 mil euros disponíveis para os protocolos com as Freguesias, deveria ser o ponto de partida para definir as prioridades e critérios para as estas, fazendo-se assim “justiça e uma boa gestão,” embora compreendesse que havia outras situações com maior prioridade.

Interveio o Senhor Vereador Pedro Farromba que disse discordar do referido, por entender que o plano a dar às freguesias deveria ser diferente, conforme a sua ordem de grandeza e de necessidades, dando como exemplo, se o valor destinado à Freguesia de Sobral de S. Miguel fosse igual ao disponível para o Tortosendo, haveria aqui uma certa injustiça; que cada Presidente tinha legitimidade de pedir aquilo que reconheça necessário para a sua Freguesia.

O Senhor Vereador Jorge Torrão acrescentou “a eleição das obras dos Presidentes de Junta tem a ver com uma certa singularidade e de um certo marketing político. Tem que haver bom senso, no desenvolvimento e na equidade, tendo em conta os custos que a geografia urbana do concelho tem.”

O Senhor Presidente acrescentou que o Orçamento não é estático e que no próximo ano poderão surgir revisões ao mesmo, para se fazerem obras que se tornem prioritárias a nível de candidaturas de fundos comunitários, que agora não estão contempladas.

Retomou a palavra o Senhor Vereador José Pinto, solicitando alguns esclarecimentos sobre as verbas inscritas no orçamento, e qual a razão para os valores serem diferentes em relação ano transato, designadamente quanto à rubrica 07 – vendas de bens e serviços correntes; e nos ativos financeiros.

Disse que o orçamento, apesar de ser um conjunto de intenções, só entendia as verbas inscritas, se tiverem como suporte uma “perspetiva política daquilo que nós entendemos que é o desenvolvimento e as necessidades do Concelho e aquilo que nós fazemos é quase sempre ao contrário, pegamos nos dinheiros disponíveis e depois é que vimos o que é prioritário. Devíamos ter as linhas orientadoras e os objetivos que pretendemos fazer.”

Em relação às verbas para as freguesias, entendia que deviam ser distribuídas de forma justa e igualitária, uma vez que todas elas pretendiam satisfazer as necessidades das populações. Para tornar isso viável, devia-se prever mais descentralização de competências e meios, contrariando o presente orçamento. Reconhecia que, em práticas anteriores, isso foi possível, designadamente quanto aos meios financeiros.

Considerou ainda escassas as verbas no âmbito da preparação da intervenção do Município no Quadro Estratégico Comum da União Europeia para 2014/2020, embora reconhecesse estarmos numa fase inicial dos programas de regeneração urbana, podendo, contudo, terem sido “um pouco mais cuidadosos”.

Quanto ao plano de emergência social, considerou que era entregue às freguesias de forma muito pontual. Entendia que devia ser um documento político onde se constatasse as obras a fazer.

Quanto às infraestruturas/equipamentos do município, constatava que, apesar de terem sido pagas com os impostos dos cidadãos do concelho, continuava a verificar-se que não estavam “acessíveis aos bolsos de todos”, como são os casos dos equipamentos desportivos.

Criticou ainda o facto de não existir uma rubrica específica no orçamento direcionada para a agricultura, tendo em conta que somos um concelho predominantemente agrícola com grande impacto na economia local. Referiu ainda que se continua a apostar em

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 31/10/2014

infraestruturas megalómanas como é o caso do aeroporto regional que, quanto a ele, não era prioritário e dificilmente se poderá concretizar.

Considerou como prioridade o apoio ao associativismo e coletividades do concelho, bem como, o incentivo à utilização das infraestruturas desportivos por parte dos alunos dos estabelecimentos de ensino, por forma a dinamizá-las.

Mais adiante, referiu que o orçamento tinha aspetos positivos, que era mais realista; evidenciou o esforço financeiro nas transferências para as freguesias; congratulou-se no que à educação dizia respeito.

Sugeriu ainda, que a Câmara se deslocasse mais vezes às freguesias para se informarem das necessidades e prioridades reais das mesmas.

O Senhor Vereador Pedro Farromba felicitou e congratulou-se com a metodologia dos trabalhos para elaboração do orçamento, onde puderam ouvir e apresentar as suas opiniões e propostas.

Referiu que quanto ao ponto de vista do investimento e da obra, que os preocupava a todos, era um orçamento que estava a meio dos fundos comunitários e, devido a isso, tinha aqui uma redução significativa de volume de obras, não impedindo que, a correrem bem os fundos comunitários, tenham de vir a fazer um orçamento retificativo para meados do ano, com a entrada de outras verbas e aberturas de possibilidades de financiamento e, pudessem por aí, aumentar aquilo que era os investimentos no concelho.

Sabiam que iria ser um ano, por essa via, complicado, mas realçava o aumento do valor das verbas para as freguesias, que foi importante, por serem elas que ajudavam a segurar as pessoas e que o papel que desempenhado pelos Senhores Presidentes de Junta fosse tornado cada vez mais relevante; as taxas e licenças somente terem aumentado o valor da taxa de inflação; a redução do pagamento de juros e da dívida; a alteração dos escalões no que respeita aos prolongamentos de horários e serviços de refeições.

Quanto às obras que se iriam realizar nas freguesias tinham de as acompanhar devidamente, no sentido de que elas se concretizem dentro dos limites do razoável, quer em termos de tempo, quer em termos de execução financeira.

Concluiu, sugerindo a criação de uma comissão, onde fossem incluídos técnicos da autarquia, com vista às candidaturas aos fundos comunitários, deixando a sua disponibilidade para o efeito.

O Senhor Vereador Joaquim Matias começou por referir que deveria existir no orçamento uma rubrica destinada à agricultura, a fim de dar um “bom sinal aos nossos produtores/ agricultores do nosso concelho de que não estão esquecidos”.

Realçou, embora não considerasse muito significativo, o aumento das transferências para as Juntas de Freguesia, referindo que “em boa hora, em 1998, nós decidimos avançar com a contratualização com as Juntas de Freguesia, através da celebração de protocolos para dar resposta às necessidades das populações e porque entendo que são os Senhores Presidentes de Junta os primeiros a quem os municípios recorrem”, solicitando ao Senhor Presidente que em próximo orçamento se deveria fazer um esforço para se reunir individualmente com os Senhores Presidentes de Junta e, posteriormente, realizar um encontro com todos os autarcas, por entender que eles “precisam de sentir mais proximidade com a gestão municipal; e que a contratualização do protocolos fossem acompanhados tecnicamente.”

Felicitou a Câmara, pelo fato de não ter elaborado “um orçamento empolado e ter sido mais realista” face à atual situação financeira, não criando falsas expectativas às freguesias

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 31/10/2014

nem à população na sua globalidade, pelo que, era de opinião, deveriam tentar explicar à população as razões da necessidade deste orçamento.

Quanto ao associativismo, à cultura e ao ensino, entendia as verbas inscritas, devido às condições financeiras da Câmara e do país não serem as melhores, contudo, era muito importante a criação de uma linha de apoio às famílias, face às dificuldades que atravessam, designadamente a nível alimentar, sugerindo um cruzamento de informação das diversas instituições na área, a fim de não de duplicarem tais apoios e irem mais longe em termos de número de famílias.

Quanto ao quadro pessoal, referiu-se à possível criação de 46 novos postos de trabalho, mas que não via “retorno palpável para o Município”, que havia excelentes funcionários capazes, mas que deviam ser colocados em lugares onde fossem mais produtivos; que tinha saudades de ver o pessoal operativo da Câmara na realização de vários trabalhos no concelho, devido à sua excelente capacidade de trabalho, sugerindo a sua revitalização.

Sugeriu ainda, a revitalização do mercado quinzenal na Covilhã.

Concluiu, informando que iria votar favoravelmente, sugerindo que fossem mais envolvidos na gestão municipal.

O Senhor Presidente, relativamente à constituição da comissão, referiu que, no âmbito do que pretende levar a efeito, ou seja, reunir, durante uma semana, onde gostaria que estivessem presentes os Senhores Vereadores para darem contributos e um conjunto de personalidades e especialistas nas diversas áreas, onde se debatesse todas as problemáticas da Covilhã, elaborando documento daquilo que mais importante resultasse desse debate e, posteriormente, partirem para a criação de um grupo de trabalho e de reflexão operacional, onde poderia ficar incluída essa comissão.

O Senhor Vereador Nelson Silva subscreveu as intervenções que o antecederam, fazendo da sua declaração de voto, abaixo transcrita, a sua intervenção sobre o plano e orçamento para 2015.

Quanto às dúvidas colocadas pelo Senhor Vereador José Pinto, o Senhor Presidente deu o uso da palavra ao Senhor Dr. Júlio Costa, esclarecendo que, quanto à rubrica 07, advinha da reclassificação de algumas situações entre a diferença de taxas e licenças e preço; quanto aos ativos financeiros, tinha a ver com uma reorganização que se encontra pensada pelo Grupo Autárquico da Covilhã que está a ser estudado e que, neste momento, já está a ser previsto em orçamento e que tinha a ver com a alienação da participação social da Parkurbis, por parte do Município, à ICOVI, ou seja, não existia qualquer alteração em termos de dominância, no fundo era uma reorganização do grupo, que permitirá uma melhor capacidade, quer à ICOVI quer à Parkurbis.

Interveio o Senhor Vereador Joaquim Matias, solicitando que lhes fosse dado a conhecer às decisões das empresas municipais e da participada, designadamente através do envio de atas das suas reuniões dos conselhos de administração e das assembleias gerais.

De seguida, interveio o Senhor Presidente, que agradeceu todos os contributos, apoio e colaboração dada para uma melhor execução deste orçamento; que as dificuldades eram muitas e que a economia continuava congelada, apesar de alguns sinais positivos que iam aparecendo mas, como era consabido, tinha havido uma redução drástica das receitas; que iriam otimizar a receita e racionalizar a despesa, não seria fácil mas dependia, sobretudo, do esforço.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 31/10/2014

Evidenciou, quanto à questão da agricultura, o esforço realizado, no sentido de dar mais ênfase e projeção a este importante setor da nossa atividade, bem como, da travessia do regadio para a margem direita do rio Zêzere que já se encontra efetuada, sendo necessário agora, intercedermos junto dos nossos governantes, para que o regadio se estenda a essa zona; “que o agroalimentar estava em alta e é aqui que entra a questão do aeródromo”, razão pela qual a inscrição da respetiva verba na rubrica, não queriam uma grande estrutura aeroportuária, o conceito é uma pista com 1200 metros e, numa primeira fase, em terra batida. Que não era difícil “vender aos governantes esta estrutura”, no seu ponto de vista, como uma estrutura de “último grau”, uma vez que estávamos juntos a uma estrada transeuropeia e à via-férrea, servindo, designadamente, para escoamento de diversos produtos hortícolas e frutícolas, para a proteção civil, para o curso de aeronáutica que é único no país, para o turismo e, num futuro mais longínquo, como meio de transporte. Em seu entender, devia também servir com uma infraestrutura intermunicipal, face aos custos e tendo em conta a localização privilegiada da Covilhã para a defender para o nosso concelho, bem como, por sermos o concelho que suporta a nossa região, porque em termos de balança comercial temos um saldo positivo de cerca de 125%, o que diz bem da nossa economia, pelo que, tinha-se de pugnar para que as nossas empresas tivessem condições para continuar a trabalhar no nosso concelho, razões pela qual era fundamental esta infraestrutura para o nosso concelho.

Referiu ainda, o apoio manifestado, por parte da CIM das Beiras e Serra da Estrela à criação desta infraestrutura, contudo não havia fundos comunitários para o efeito, mas tinham de arranjar uma solução para avançar com a primeira fase.

Informou ainda, face às diversas sugestões dos Senhores Vereadores Pedro Farromba e José Pinto, da alteração dos valores dos escalões respeitante ao prolongamento de horário e serviço de refeições, beneficiando mais famílias.

O Senhor Vereador Nelson Silva, face ao referido sobre a agricultura e a promoção dos produtos agrícolas, que era importante, sugerindo que a Câmara, apesar de tudo, deveria também pensar, em paralelo, naquilo que é a organização dos produtores por ser um dos principais problemas e para responderem às necessidades efetivas do mercado.

Sugeriu ainda, a propósito da infraestrutura aeroportuária, uma análise mais aprofundada naquilo que é o investimento para a região.

Também o Senhor Vereador José Pinto sugeriu a elaboração de um estudo de impacto económico, para não se cometerem os erros do passado.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador Pedro Farromba, deliberou aprovar a proposta de Orçamento para 2015, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapas de Pessoal, atualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município, e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.

Mais foi deliberado, remeter a presente deliberação à Assembleia Municipal, nos termos do disposto nas alíneas c) do n.º 1 e ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, para os efeitos previstos nas alíneas a) e o) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal, e do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro.

O Senhor Vereador Nelson Silva fez a seguinte declaração de voto:

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 31/10/2014

“Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã
Exmos Senhores Vereadores,

Um Orçamento Municipal constitui-se como um instrumento político que vincula a maioria legitimada pelo voto popular no sentido da promoção da gestão dos recursos municipais.

Este Orçamento – que é o **Orçamento da Maioria** – estabelece os princípios políticos e a estratégia de atuação da Maioria, a qual é materializada nas Grandes Opções do Plano com execução plurianual.

Encontramo-nos no segundo ano da corrente legislatura e começa a vislumbrar-se a estratégia de atuação desta Câmara, bem como as suas prioridades e áreas de investimento.

Este Orçamento Municipal teve pela primeira vez a colaboração dos cidadãos através do Orçamento Participativo que promovi junto da sociedade civil e de onde emanaram um conjunto transversal de propostas credíveis e exequíveis.

Digo este Orçamento (2015), porque tive a oportunidade de apresentar e de facultar ao Senhor Presidente da Câmara as propostas dos cidadãos, tendo o mesmo demonstrado acolhimento efetivo para que as mesmas possam ser assimiladas pela verba disponibilizada – 500.000,00 € - no Orçamento Participativo ou integrem futuramente as Grandes Opções do Plano.

Espero que o Regulamento Municipal do Orçamento Participativo seja proposto e aprovado por esta Câmara, no mais curto espaço de tempo, para que estas propostas possam ser concretizadas.

As ideias que os cidadãos me fizeram chegar estão inteiramente ao dispor da Autarquia para que possam ser analisadas, estudadas e concretizadas.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

Independentemente da autoria do Orçamento Participativo, a verdade é que pela primeira vez os Covilhanenses foram confrontados e chamados a dar a sua opinião. Tratou-se de um aprofundamento da nossa democracia participativa, que espero nos futuros orçamentos municipais possa continuar, com uma metodologia mais aprofundada e sustentada numa parceria com a Universidade da Beira Interior.

Estou certo que este não é o Orçamento que qualquer Presidente da Câmara gostaria de apresentar aos seus munícipes,

Digo isto porque:

- Não prevê nas Grandes Opções do Plano nenhum investimento com dotação inicial no ano de 2015. Todas as obras que constam do GOP são anteriores a 2015.

- Pela primeira vez, em muitos anos, apresentado um Orçamento Municipal onde as despesas correntes (18,5 milhões de euros) são superiores às despesas de capital (16,3 milhões de euros) com redução efetiva de investimento em áreas sensíveis como:

-) cultura desporto e tempos livres,

-) ação social que apenas representa 0,90% da totalidade das despesas municipais;

-) saúde; habitação e urbanismo que apresenta um corte de 50% face ao orçamentado em 2014;

-) saneamento, o desenvolvimento económico, comunicação e transportes, ambiente são rubricas que apresentam uma redução significativa de dotação orçamental;

-) ou o fato de 55,33% do orçamento municipal dizer respeito à administração geral, apresentando um crescimento de 17,13% em relação ao ano de 2014.

Registo contudo como positivo o reforço das verbas para a educação, e as transferências para as Freguesias.

Concluo, portanto, que se trata de um Orçamento de gestão corrente, onde o investimento foi relegado para segundo plano. Os juros representam 668 500,00 e amortização de capital ou Passivos Financeiros 4,7 Milhões de Euros.

Registo com alguma preocupação que o documento das Grandes Opções do Plano não inclui investimentos novos suscetíveis de financiamento comunitário (espero que a seu tempo seja necessário proceder a uma revisão dos documentos apresentados!).

Apesar de todos os argumentos que expus, estou em crer que se trata de um Orçamento realista, prudente e adequado à situação financeira do Município.

É um Orçamento que demonstra uma preocupação que subscrevo: a promoção do equilíbrio financeiro da Autarquia – mas com redução efetiva do investimento municipal.

O papel de um Vereador na oposição não é o de se apresentar aos cidadãos como um obstáculo ao Executivo ou de utilizar documentos como o Orçamento e Grandes Opções do Plano como arma de arremesso político.

Um Vereador independente move-se no âmbito da defesa das populações, na procura permanente de soluções para os problemas dos cidadãos, e no quadro do poder político com que foi instituído, sensibilizar a Maioria para a resolução dos problemas que lhe são apresentados pelos municípios, dirigentes associativos e Presidentes de Junta.

Foi este o trabalho que desenvolvi até hoje.

O que os cidadãos esperam de mim é que seja um garante da estabilidade governativa. Por isso o meu voto é o de aprovação do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para 2015.”

O Senhor Vereador José Pinto fez a seguinte declaração de voto:

“As nossas críticas e sugestões aquando da discussão do Plano e Orçamento para 2014, continuam, em parte, sem resposta, uma vez que:

- O documento em análise continua a ser meramente contabilístico; não se perspetiva o caminho a percorrer e não temos uma linha de texto que refira os objetivos que se propõe atingir;
- A cooperação e descentralização de competências e meios para as Juntas de Freguesia continuam demasiado pobres e contrariam práticas anteriores, em particular nos meios financeiros. O poder local de proximidade às populações contínua, assim, muito distante;
- Apesar de se estar a trabalhar tecnicamente nos Programas de Regeneração Urbana (ARU) e no âmbito da preparação da intervenção do Município no Quadro Estratégico Comum da União Europeia para 2014/2020, aquilo que constatamos é que a verba disponível é baixíssima;
- Não aborda a necessidade do reforço da qualidade ambiental em geral, através do reforço da limpeza e higiene públicas, da conservação e manutenção de espaços verdes de grandes dimensões e de proximidade e a sua ampliação, como poderão ser as Hortas Urbanas;
- Os cidadãos necessitam saber, em concreto, qual o programa de beneficiação e desenvolvimento do Plano de Promoção da Acessibilidade, instrumento fundamental para garantia da equidade ao nível das acessibilidades de todos os cidadãos, o Plano Estratégico de Mobilidade Urbana;
- O Plano de Emergência Social 2015 continua entregue à iniciativa pontual das Juntas;
- As infra-estruturas/equipamentos, que os cidadãos do concelho pagaram com os seus impostos, continuam a estar apenas acessíveis aos bolsos dos que têm mais poder económico, sendo uma miragem para os restantes, em particular as crianças e jovens;

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 31/10/2014

- Não é perceptível como este executivo pretende apoiar a agricultura. Não basta todos falarmos da importância que a agricultura poderá ter na economia local. Importa passar aos atos;

- Continuamos a apostar em infra-estruturas megalómanas como é o aeroporto regional;

- Verificamos a existência de demasiadas rubricas (sacos azuis) onde as verbas já se encontram distribuídas sem clarificar as atividades a que se destinam. Esta era uma prática dos anteriores executivos e que parece continuar, contrariando a posição do PS em mandatos anteriores.

Enfim, estamos perante um Plano onde é difícil ler um rumo e um Orçamento que falem entre si, como já referimos.

Todavia, reconhecemos a existência de algumas melhorias em relação ao ano de 2014, pois temos:

- Um orçamento menos inflacionado;

- Perspetiva-se a conclusão mais rápida das obras delegadas nas freguesias;

- E há ainda rubricas que saíram melhoradas, como é o caso da educação.

Termo dizendo que o nosso voto foi favorável, pois os documentos votados revelam ter havido vontade política, embora insuficiente, em torná-los mais eficazes e por outro lado, tal como o prometido pelo Senhor Presidente, esperamos que o executivo acolha as propostas/observações por nós referidas, quer ao longo do próximo ano económico, quer na elaboração dos consequentes Planos.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias fez declaração de voto suportado nas suas intervenções.

O Senhor Vereador Pedro Farromba fez declaração de voto “tendo em conta as declarações que produzi e um voto de confiança ao executivo.”

2. 1.^a Revisão Orçamental de 2014 - aprovação e remessa à Assembleia Municipal

Presente a informação n.º 08/2014, de 24/10/2014, do Serviço de Contabilidade, com o objetivo da aplicação do saldo de gerência do ano anterior, no montante de 406.445,16 €, submete à aprovação a 1.^a Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano de 2014. (documento apenso)

A Câmara deliberou aprovar a proposta de 1.^a Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano de 2014.

Mais deliberou remeter a presente deliberação à Assembleia Municipal nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 31/10/2014

APROVAÇÃO EM MINUTA

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas por unanimidade, com exceção daquelas em que é referido outro modo de votação.

ENCERRAMENTO

Pelas 11:30 horas, terminada a votação dos assuntos constantes da ordem do dia, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e pelo Senhor Chefe de Divisão de Finanças.

O Presidente, _____

O Chefe de Divisão de Finanças _____